

Pequim '95

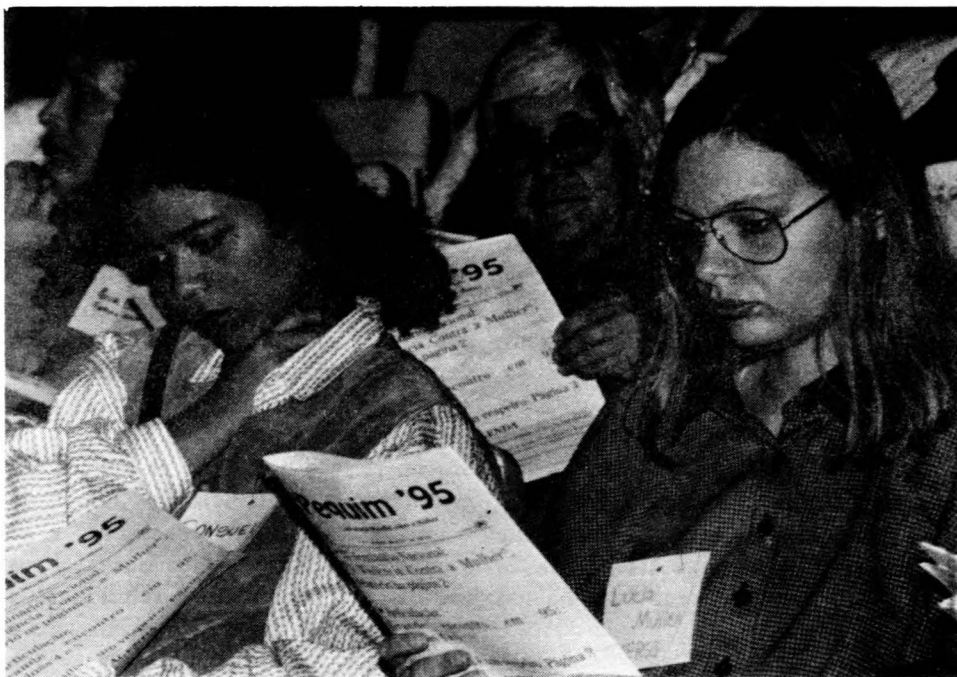
Conferência Mundial sobre a Mulher



Nº 4 - JULHO/94



No período de 15 a 17 de junho, o Itamaraty promoveu em Porto Alegre o “IV Seminário Nacional Mulher, Educação, Cultura e Saúde” para consultar a sociedade sobre as propostas que o governo brasileiro apresentará na Conferência Internacional de Pequim. Os temas foram discutidos em nove painéis, sintetizados em dois relatórios, um sobre “Educação e Cultura” e outro sobre “Saúde”. Os relatórios e as teses apresentadas no “IV Seminário” – que chegaram à redação até o último dia 11 – estão publicados a partir da página 2. Na foto ao lado, pouco antes dos debates, atenta platéia lê a edição nº 3 de **Pequim '95**.



■ Gertrude Mongella, Embaixadora da Tanzânia junto a ONU, em sua caminhada à Pequim passou pelo Brasil. Foi no dia 23 de junho que a Secretária-Geral da 4ª Conferência Internacional da Mulher – Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz esteve em Brasília, onde cumpriu extensa agenda. Apesar dos inúmeros compromissos, Gertrude não perdeu o bom humor.



■ **Gênero: um conceito fundamental na compreensão da educação.** Fúlvia Rosenberg, na página 3

■ **AIDS: As donas-de-casa são as maiores vítimas da doença.** Na página 6 o novo perfil do portador do vírus.

■ **Articulação Nacional de Mulheres está mais organizada do que nunca.** Tudo sobre as últimas decisões nas páginas 5 e 11.

Relato das discussões

● Jussara Reis Pra

Realizou-se em Porto Alegre, nos dias 15, 16 e 17 de junho, o IV Seminário Nacional "Mulher: Educação, Cultura e Saúde". Quarto de uma série de encontros temáticos promovidos pelo Ministério das Relações Exteriores, através do Comitê Nacional, responsável pela preparação do governo brasileiro para a 4ª Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, que terá lugar em Pequim, em setembro de 1995, o IV Seminário foi organizado pelo Núcleo Mulher do IFCH/UFRGS e contou com o apoio da Assessoria Especial de Políticas Públicas para a Mulher da Prefeitura de Porto Alegre, do Fórum de Mulheres de Porto Alegre, dos Ministérios da Saúde e da Educação, bem como de diversas agências das Nações Unidas.

O tema Educação e Cultura foi abordado no IV Seminário com base nas diretrizes traçadas pelo Secretariado de Conferências Mundiais das Nações Unidas e que constam da publicação do *Preview '95 N° 2 do IWTC, October 1993*. Em função disso, encaminharam-se as discussões sobre mulher, educação e cultura a partir de um balanço sobre a educação no Brasil durante a década de 80, como forma de direcionar os trabalhos no sentido da elaboração de metas e objetivos estratégicos para a próxima década.

No que diz respeito à "Educação For-

mal" foi constatado que a escola apresenta uma relação equilibrada quanto ao ingresso de homens e mulheres - particularmente nos níveis de 1º e 2º Graus, observando-se uma taxa de escolaridade ligeiramente favorável para o segmento feminino da população brasileira. O que não significa dizer que se tenha chegado a uma situação ideal em termos de escolaridade para qualquer um dos dois sexos. O que sugere que, ao se analisar a educação sob a perspectiva de gênero, raça e classe social, é preciso levar em conta, além das taxas de ingresso no sistema escolar, fatores como qualidade de ensino, situação educacional e possibilidade ou não de formação profissional, entre outros.

O analfabetismo foi outro ponto destacado ao longo dos debates sobre o tema educação e cultura. Visto como resultado da exclusão social, econômica e cultural, ficou evidenciado que os índices de analfabetismo são mais elevados entre segmentos sociais e raciais do que entre os sexos masculino e feminino.

Em relação à questão da cultura, foi enfatizada a influência dos meios de comunicação enquanto "educadores" e, ao mesmo tempo, transmissores de estereótipos culturais, em muitos casos substituindo a escola naqueles processos (socialização e transmissão cultural) onde ela se faz

necessária. Em contrapartida, foi realçada a importância do feminismo como corrente cultural, que tem desempenhado um dos papéis mais inovadores da nossa época no sentido de questionar a produção cultural e a lógica de gênero que tem mantido em situação de inferioridade social mulheres, negros e pobres.

Diante deste quadro, considerou-se pertinente repensar algumas questões, em termos de educação e cultura. Entre as quais se pode mencionar:

a) Introdução da perspectiva de gênero no currículo de disciplinas de 1º e 2º Graus, visando beneficiar estudantes de ambos os sexos; b) investimento nacional voltado para a melhoria da qualidade de ensino através da qualificação do corpo docente em todos os níveis; c) profissionalização de educadores de creches e pré-escolas; d) introdução do ensino sexual na escola; e) elaboração de livros didáticos e materiais escolares que dêem visibilidade aos aspectos de gênero, etnia e classe social e f) criação de uma política nacional de comunicação que busque eliminar as distorções culturais e democratizar os meios de comunicação.

● **Profa. Dra. do Departamento de Ciência Política da UFRGS/Coordenadora do Núcleo Mulher do IFCH/UFRGS-Relatora do Tema Educação e Cultura.**

Causas do analfabetismo

● **Marília Pinheiro Machado de Souza**

Considerando do ponto de vista pedagógico, a educação diferenciada pode ser entendida por dois enfoques:

1º) Quando acontece no interior da escola, através do ensino formal, de maneira discriminatória no tratamento de meninas e meninos, provocando comportamentos diferenciados. É a escola reproduzindo estereótipos sobre o que é próprio ou impróprio para meninas e meninos;

2º) Quando acontece no exterior da escola, pelo ensino informal, e se caracteriza pelos grupos de alfabetização de jovens e adultos que não tiveram acesso à escola ou dela foram excluídos.

O analfabetismo, embora decorrente de causas políticas, sociais e culturais amplas, tem suas causas diretas na má escolarização. E, nesse sentido, a seletividade do sistema escolar tem provocado uma formação insuficiente às crianças e jovens da classe popular, não permitindo o atendimento das necessidades mínimas de sua cidadania.

Os programas de alfabetização de adultos - mulheres e homens - precisam ser integrados à nível nacional, de modo a não permitir desperdício de tempo, esforço e recursos financeiros. Destacamos pontos considerados importantes para o encaminhamento de soluções:

- 1º) Definição de uma política de eliminação do analfabetismo vinculada ao fortalecimento da escola regular básica;
- 2º) Valorização do profissional da educação. Oferecer-lhe não só boas condições de trabalho, mas também programas de formação permanente para o exercício da tarefa de educar, condizentes com a realidade social em que atua;
- 3º) Modificação das práticas escolares, em favor de uma educação que possibilite a democratização das relações de gênero;
- 4º) Implantação definitiva da "Educação Infantil" nas escolas públicas, permitindo o acesso de todas as crianças de 0 a 6 anos de idade às escolas, com programas de caráter pedagógico e não assistencialista;
- 5º) Estabelecimento de mecanismos permanentes de avaliação e acompanhamento da organização escolar, a fim de oferecer subsídios mais efetivos ao processo em desenvolvimento, assegurando às inovações pedagógicas resultados que apontem caminhos para igualdade.

● **Pedagoga, integrante do Conselho Estadual da Condição Feminina do Paraná e do Conselho Estadual da Educação do Paraná.**

Guetos Sexuais

● Fúlvia Rosenberg

A escola brasileira, nas últimas décadas, acolhe mulheres em todos os níveis educacionais. Hoje, as mulheres representam 51% dos estudantes e aproximadamente 87% do professorado em todos os níveis escolares. A escolaridade média de mulheres e homens brasileiros é muito semelhante em todas as regiões do país e segmentos populacionais.

O acesso das mulheres à educação se reflete nos índices de alfabetização masculino e feminino. Atualmente, a porcentagem de mulheres alfabetizadas já sobrepujou a dos homens (77,2% e 67,2% respectivamente, de acordo com a PNAD 1990). As mulheres ostentam, também, melhores índices de aprovação e rendimento escolar que os homens.

A situação educacional de homens e mulheres no Brasil parece, portanto, divergir das análises que estão sendo efetuadas sobre oportunidades educacionais em sociedades subdesenvolvidas. Assim, menores possibilidades de escolaridade, decorrentes de trabalho doméstico ou tratamento educacional preferencial aos filhos homens em momentos de crise econômica – situações aparentemente comuns em alguns países da África, Ásia e América Latina – não são observadas no Brasil. Ao contrário, apesar dos diferenciais não serem sempre muito significativos, a tendência brasileira à maior escolaridade das mulheres pode, também, ser notada no meio rural, nas regiões fisiográficas menos desenvolvidas.

Porém, analisar a educação na perspectiva das relações de gênero não significa apenas se perguntar como se situam as mulheres no sistema educacional, mas se indagar como as desigualdades de classe, raça e idade se articulam com as de gênero impactando o processo educativo de homens e mulheres. Complementarmente, a educação na perspectiva das relações de gênero leva a que se considerem as inter-relações entre a educação e o sistema social exterior à escola, em especial a família e o mercado de trabalho.

O enfoque que interessa pensa a educação, o conjunto das formações sociais, como sendo construída sobre os fundamentos tanto das relações de gênero, quanto de classe e, nas sociedades pluri-étnicas, acrescentaríamos, as étnico-raciais.

Este enfoque leva a que se retomem os dados de escolaridade de homens e

mulheres e se façam algumas perguntas mais: quem são essas mulheres que estão frequentando a escola e o que as diferencia das que não frequentam a escola? Qual o impacto que a escola está tendo na vida familiar e profissional? Que impacto a vida reprodutiva (família) e produtiva (mercado de trabalho) está tendo no acesso e permanência de homens e mulheres no sistema educacional?

Gênero como conceito fundamental na compreensão da educação

Apesar da igualdade de oportunidades no acesso e permanência de homens e mulheres no sistema de ensino brasileiro, o gênero constitui conceito fundamental para se entender a educação formal e suas articulações com outras instâncias sociais porque: o sistema de ensino trata de forma diferenciada homens e mulheres articulando-se ao princípio da divisão sexual do trabalho; o impacto da educação na vida produtiva de homens e mulheres, brancos e negros, ocorre de maneira diferenciada; a configuração do sistema educacional, inclusive sua baixa eficiência, se assenta na divisão sexual do trabalho; a escola participa da construção social dos gêneros em consonância ou em contradição com outras instituições sociais.

Não há dúvida de que as taxas de escolaridade das mulheres vêm aumentando no mundo todo, apesar das intensas desigualdades observadas entre países; também, num mesmo país, estas desigualdades são nítidas entre as gerações, entre as regiões, entre as raças, entre as áreas urbanas e rurais e entre as classes sociais. Porém, é possível dizer que o processo de democratização do ensino – mais antigo ou mais recente, mais lento ou mais rápido – vem beneficiando as mulheres.

Ao lado desta tendência comum, são possíveis duas subtendências: numa parte do mundo, as taxas de escolaridade e de aproveitamento escolar de homens e mulheres, pelo menos entre os mais jovens, se equivalem ou até mesmo as mulheres ultrapassam os homens.

Compondo esta primeira tendência – onde não se percebem diferenças quantitativas, mas qualitativas entre os sexos – encontramos tanto países desenvolvidos do hemisfério Norte quanto alguns países

em desenvolvimento, por exemplo, o Brasil. A segunda subtendência (perceptível em alguns países da Ásia, África e América Latina) é aquela em que as taxas de escolaridade das mulheres, mesmo entre as mais jovens, são inferiores as dos homens.

A observação destas subtendências permite que se levante um primeiro elemento a destacar a respeito da heterogeneidade. A pobreza comum ao 3º mundo esconde diferenças regionais extremamente importantes. É possível que a escola, que frequenta a escola, que a educação, tenham significados diversos ou que desempenhe funções diversas nas diferentes regiões do mundo.

Também é preciso destacar as diferenças qualitativas entre o ensino de homens e mulheres e as suas implicações no mercado de trabalho. Parece não haver



A escola é estranha, diz Fúlvia

dúvida que homens e mulheres seguem carreiras escolares diferentes, constituindo verdadeiros guetos sexuais. Estes guetos educacionais correspondem, no mercado de trabalho, às profissões mais valorizadas para os homens (ciência, tecnologia) e menos valorizadas para as mulheres. Esta valorização tem sido avaliada principalmente através da comparação entre rendimentos masculinos e femininos. A partir desta constatação levanto algumas questões: é suficiente avaliar o impacto da educação formal apenas através dos rendimentos (salários)? Não estamos admitindo, indiretamente, que frequentar a escola tem o mesmo significado para homens e mulheres? Saliento, então, a necessidade de se pensar a educação de homens e mulheres sob a ótica da heterogeneidade.

● Pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e professora da PUC/SP.

Políticas diferenciadas para a mulher

● Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva

A principal política para combater o analfabetismo e a baixa escolaridade da mulher brasileira não pode ser a oferta de educação diferenciada, pois relações sociais informadas pelas ideologias do racismo, do machismo, e da crença na incapacidade dos pobres, já o fazem muito bem, com enorme desvantagem para as que são postas à margem. Trata-se de se implantar e avaliar políticas que garantam igual oportunidade de escolarização, pelo menos ao nível de 1º grau, para todas. Políticas diferenciadas, para cada região, situação de vida das mulheres, concretizadas em experiências pedagógicas que atendam as diferenças sem deixar de oferecer boa qualidade de ensino, e domínio dos conteúdos fundamentais. Tais políticas devem garantir a todas as mulheres o direito de assumir plenamente seu papel de cidadãs. O analfabetismo e os poucos anos de escolaridade impedem muitas mulheres de ter acesso a informações que lhes permitam atuar no gozo dos seus direitos civis e políticos.

Dados do IBGE, embora escassos e não atualizados, permitem configurar a situação de escolarização das mulheres brasileiras das menos e das mais beneficiadas.

Em 1982 (PNAD), por volta de 40% das mulheres com 10 anos ou mais de idade, sem ou com pouquíssima instrução eram pretas e pardas, enquanto 20% eram brancas. Contrariamente, enquanto 15,9% destas tinham nove anos ou mais de estudos, entre aquelas apenas 6,2% atingiam tais níveis. Em 1987 (PNAD), enquanto 28,7% das pretas e pardas não tinham instrução nenhuma ou haviam permanecido na escola menos de um ano, 13% das brancas estavam nesta situação. E no extremo oposto, com 12 anos ou mais de escolaridade, havia 1,6% das pretas e pardas e 7,2% das brancas.

Acrescente-se a este quadro, conforme o Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da UNICAMP em estudo sobre Família e Pobreza (1992), que são mulheres a maior parte dos chefes de domicílios, e que, em todas as regiões, em torno de 40% destes são analfabetos.

A situação assim configurada demonstra a importância de políticas que respondam:

- a necessidade de amplo programa de alfabetização e de continuidade de estudos, para mulheres, fora da faixa etária de obrigatoriedade de frequência à escola, sob a forma de experiências pedagógicas

devidamente autorizadas pelos Conselhos de Educação, garantidos assim, a comprovação de estudos realizados;

- a importância de levantamento de dados populacionais, discriminados por sexo, etnia (não cor da pele), nível socio-econômico, idade, situação do domicílio (zona rural, zona urbana, periferia urbana), para a elaboração de tais políticas;

- ao fato de a maior parte das mulheres analfabetas e sem escolarização serem discriminadas em virtude da sua condição de mulheres, descendentes de africanos (pretas e pardas), pobres;

- ao fato de a maior parte das mulheres nesta situação serem chefes de domicílio, receberem baixíssimos salários;

- necessidade da elaboração de materiais didáticos que contemplem e critiquem as relações de gêneros, inter-étnicas e entre classes sociais, presentes na sociedade, bem como a diversidade histórica e cultural de cada região do país.

● Docente do Departamento de Metodologia do Ensino e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos

Mulher rural

Exploração pelo capitalismo

Depoimento de Marlene Pasquali, do movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Passo Fundo, Rio Grande do Sul.



“O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais surgiu de forma mais organizada a partir de 89, antes disto nós estávamos em outras entidades, como o dos *afogados* (que perderam a

área para construção de barragens), no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, em pastorais, etc – instâncias da sociedades que já estavam organizadas.

Em 89 percebemos a necessidade de termos nosso próprio espaço, para que a trabalhadora rural elaborasse propostas, fazendo deste espaço um local onde ela pusesse levar os seus problemas, para que pudéssemos discutir saídas conjuntas. Hoje, o movimento é formado por 14 regionais, atingindo aproximadamente 50 mil mulheres, trabalhadoras rurais, na sua essência, e também temos uma articulação com os seguintes estados: Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul e também São Paulo.

No início, começamos com uma reivindicação específica, que era a aposentadoria aos 55 anos de idade, que até então a mulher só poderia se aposentar

com 70 anos de idade e se comprovasse não ter nenhum bem material. Já com esta questão, lutamos na Constituição de 88, e somente em 91 esse nosso pedido virou lei, que começou a ser colocada em prática.

Mesmo assim, nós não conquistamos nossa identidade enquanto trabalhadora rural. A mulher, até pouco tempo, não podia colocar em seus documentos a profissão de trabalhadora rural, era como *doméstica ou do lar*, ou outras. Grande parte das trabalhadoras rurais nem sequer tem a sua documentação, como carteira de identidade, por exemplo, ou título de eleitor.

No Rio Grande do Sul, a mulher trabalhadora rural mudou seu modo de ser depois da criação do movimento próprio. Começou a se valorizar enquanto pessoa e, culturalmente, ela sempre fora secundarizada. Desde a

família, do colégio, as mulheres recebem tratamento diferente do homem. Ela é a responsável pelo cuidado dos filhos, pela educação, pela casa e pela horta, e este trabalho não é valorizado. Não tem valor financeiro, de remuneração, mas tem o seu valor enquanto trabalho.

Dizer que a trabalhadora rural não está presente no processo de produção não é verdade. Nós sempre trabalhamos nesta atividade. Mas não fazemos parte do processo de gerenciamento da propriedade onde vivemos.

Também iniciamos a luta pelo salário maternidade (*hoje é lei*). Ele tem duas conotações: a econômica, que a trabalhadora rural já conquistou – que é o direito de ausentar-se do emprego quando do nascimento do seu filho; e a função social da maternidade, porque corremos o risco de que esse benefício venha a realçar o papel da mulher como mera geradora de filhos e entregá-los para a exploração pelo capitalismo, como mão-de-obra. Temos de trabalhar, também, como maternidade sendo função da família, e também do Estado.

Estas reflexões são feitas nas comunidades, envolvendo mulheres e homens. A transformação da sociedade, para ser plena, tem de ser feita no nosso dia-a-dia, repetindo as diferenças que existem. O eixo de luta do movimento de mulheres trabalhadoras rurais é a valorização da mulher. Não basta valorizar a mulher. Temos exemplos em que o companheiro diz que valoriza, mas ela continua com as suas tarefas, ditas de mulher e ele continua com as tarefas ditas de homem. É preciso inserir cada vez mais a mulher no mercado de trabalho, não apenas por uma necessidade econômica, mas porque ela é um sujeito ativo da sociedade.

Temos um novo desafio para o período que estamos vivendo, que é a continuidade dos trabalhos do movimento de mulheres na forma organizativa das trabalhadoras rurais, mas também é qualificar as mulheres técnica e politicamente no que se refere ao planejamento e à administração da produção, dividir o trabalho e as responsabilidades familiares e garantir políticas públicas na ótica de gênero, na ótica das mulheres. A luta por direitos iguais pressupõe mudanças na relação entre mulheres e homens e destes com o meio ambiente onde vivem.”

Articulação

Situação nos estados

No Rio de Janeiro, a Articulação Estadual Beijing 95 organizou um debate, na Universidade Federal, para conversar sobre a Conferência, e as demandas das mulheres, com as jovens universitárias. Além de dar informes sobre o processo de preparação e da própria Conferência, foram discutidos temas como: situação no mercado de trabalho, violência, educação e saúde, participação política. A turma gostou da idéia e já está marcado um novo encontro para o dia 6 de outubro, quando acontecerá a Feira Cultural, dentro do painel “A Imagem da Mulher na Sociedade Brasileira”.

A Paraíba mandou para a Secretaria Executiva uma carta do Fórum de Mulheres com as assinaturas das participantes e as entidades que elas representam, como foi pedido a todas as representantes dos estados para ser anexada ao Projeto de Financiamento e dar maior peso político ao mesmo.

O Fórum de Pernambuco está elaborando e discutindo o esboço do diagnóstico que será levado para a reunião de Brasília. Se for possível, será enviado antes para os estados, via fax. Pernambuco também enviou sua relação de participantes.

De Belém, o grupo que está articulando, informa que está tentando fazer seminários nos municípios onde existe algum tipo de trabalho com as mulheres, para depois fazer um Encontro Estadual.

São Paulo marcou o seu Encontro Estadual nos dias 23 e 24 de julho.

Convenção

Está decretado

Faltando pouco mais de um ano para a Conferência Internacional sobre a Mulher - *Ação para a Paz, a Igualdade e o Desenvolvimento*, a realizar-se em Pequim, o Brasil atualizou sua posição em relação à Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação à Mulher e suspendeu as reservas feitas anteriormente ao texto.

Em 1981 o Brasil fez restrições, em alguns aspectos, a esta Convenção das Nações Unidas porque contrariava a legislação discriminatória em vigor, especialmente a Constituição. Mas, a

partir de 1988, com a promulgação da Nova Carta que garante a igualdade de homens e mulheres, as reservas não se sustentavam.

O Congresso Nacional aprovou no dia 14 de junho último o Projeto de Decreto Legislativo de iniciativa do Poder Executivo, apresentado em 1993, que atualizou a posição brasileira em relação a matéria ao suspender as reservas e ratificar a Convenção na íntegra. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União de 23 de junho e o Decreto Legislativo recebeu o número 26/94.

EXPEDIENTE

CFEMEA - CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA

SCN, Ed. Venâncio 3000, sala 602 - Brasília, DF

Telefone: (061) 225-1664

Fax: (061) 225-2336

Texto e Foto: Márcia Turcato Reg. 4553/15/91 RS

Composição e Arte Final: Luis Gustavo Pedroza

Impressão: Correio Braziliense

Apoio: UNIFEM e FNUAP

Saúde

Novos e permanentes desafios

● Ana Costa

O seminário sobre saúde, para subsidiar o relatório brasileiro para Pequim, buscou sintetizar as principais questões discutidas no movimento de mulheres em relação às políticas públicas para a saúde da mulher brasileira.

Como pano de fundo, ficou identificado um descaso por parte do governo com a questão da saúde de uma forma geral. O Sistema Único de Saúde, proposto na Constituição de 1988 e apontado como solução para o dramático quadro de assistência à saúde para o Brasil, não está sendo implantado e carece de formulações, decisões e encaminhamentos fundamentais para a sua viabilização.



Ana Costa (esquerda) fez o relatório da "saúde". Ao lado, Rosiska de Oliveira, que falou sobre produção cultural

A retirada do Ministério da Previdência Social da parceria prevista na Constituição e na Lei 8080 (que regulamenta o SUS), no que diz respeito ao financiamento da saúde, coloca o setor sob um impasse sem solução e constitui um desafio para os próximos tempos.

Diante destas questões, constatou-se uma queda significativa da qualidade e da

quantidade de serviços prestados à população feminina brasileira, apesar da existência no país de uma política formal de assistência integral à saúde das mulheres expressa no PAISM. Secretarias estaduais e municipais de saúde, responsáveis pela grande massa da assistência à saúde não cumprem o seu papel, oferecendo baixas coberturas para o pré-natal, planejamento familiar, prevenção do câncer e todas as demais ações previstas.

Conseqüente a esta precariedade assistencial, as mulheres recorrem a praticidade dos dois únicos métodos para o controle de sua fecundidade, a pílula contraceptiva e a esterilização cirúrgica,

evidenciando, nesta última década, um decréscimo populacional sem precedentes para o país. O poder Legislativo Federal e de diversos estados realizaram CPIs para apurar informações sobre Direitos Reprodutivos.

Embora no contexto da

integralidade, os casos de aborto previstos pela Lei devessem ser atendidos na rede do SUS (pública e privada), isto não ocorre e, ao longo destes últimos anos, tem sido persistente a demanda do movimento de mulheres pela responsabilidade do sistema de saúde em atender a estes casos. O precursor serviço de atendimento do aborto legal implantado pela municipalidade de São

Paulo, tem orientado diversas outras iniciativas.

Ao longo destes anos de formulação da política de assistência integral às mulheres, o movimento feminista, através da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, identificou que, embora avançado nas suas propostas, o PAISM ainda se restringe nitidamente aos aspectos da saúde reprodutiva, merecendo, portanto, um aperfeiçoamento em seu conteúdo, de forma a abarcar todas as demandas onde gênero seja determinante para as condições de saúde das mulheres.

Desta forma é que, este Seminário preparatório para Pequim, traz um importante aporte para os espaços governamentais, ao colocar na pauta de discussões as importantes questões referentes à saúde mental e aos aspectos decorrentes da relação do trabalho com a saúde feminina. Demonstra ainda que a AIDS, entre as mulheres, avança de forma alarmante, tendo repercussões em todos os lugares públicos e privados, na vida das mulheres.

Neste Seminário, ficou evidente que o país necessita adotar medidas urgentes no plano do Legislativo e do Executivo visando reorientar e garantir melhoria no nível da população feminina no Brasil, implantando o reivindicado PAISM e assumindo o papel definido na Carta Magna onde ao Estado cabe assistir os cidadãos no cuidado à saúde.

● Médica sanitária, faz parte do Núcleo de Saúde e Sexualidade, de Brasília, e do Conselho Diretor da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos.

AIDS – Donas de casa são as maiores vítimas

● Regina Maria Barbosa

Até março de 1994, 50.022 casos de AIDS haviam sido notificados ao sistema de vigilância da epidemia, no Ministério da Saúde, não existindo um só estado que não tenha sido atingido pela síndrome.

Inicialmente tratada como uma doença de alguns grupos marginalizados, como os gays, as prostitutas e os drogados, cada vez mais a epidemia de AIDS vem mostrando a sua verdadeira cara: a de uma epidemia multifacetada, que assume contornos distintos em função de realidades específicas.

Desde 1985, quando o primeiro

caso de AIDS entre mulheres foi notificado no Brasil, a participação feminina na epidemia vem progressivamente assumindo maiores proporções. Analisando os casos notificados de AIDS entre 15 e 49 anos, é possível perceber que a relação homem/mulher mudou drasticamente nos últimos anos, passando de 35/1 em 1985 para 4/1 em 1992, com uma curva de crescimento, desde 1985, acentuadamente mais ascendente para a população feminina.

Entre as mulheres, considerando-se o total de casos notificados até março deste ano, a transmissão sexual foi

responsável por 33,1% das notificações, a contaminação através do uso de drogas injetáveis, por 28,9%, e em 28,1% dos casos não foi possível identificar a categoria de transmissão.

Além disso, é possível observar que a transmissão heterossexual do HIV vem assumindo ao longo do tempo importância cada vez maior entre a população feminina. O ano de 1993/94 foi responsável por 54,2% das notificações. Entre a população masculina, o usuário de drogas endovenosas, juntamente com a transmissão heterossexual, são as categorias

de exposição que vêm assumindo importância crescente na dinâmica da epidemia, sendo responsáveis, respectivamente, por 25,5% e 17,2% dos casos no mesmo período.

Os casos notificados de AIDS se concentram, nos dois sexos, nas faixas etárias de 20 a 39 anos, sendo que em São Paulo a AIDS já é a principal causa de morte entre mulheres de 20 a 34 anos e a segunda, entre os homens de 25 a 40 anos.

Estima-se que, em 1994, existam no Brasil aproximadamente 420.000 pessoas infectadas com mais de 15 anos de idade, sendo 60.000 mulheres, ou seja, uma mulher infectada para cada 800 habitantes do sexo feminino.

Ao contrário de tudo que já se havia enfatizado, sabe-se atualmente que 45% das mulheres com AIDS, em São Paulo, têm parceiros fixos e únicos. Focalizando apenas a transmissão sexual, segundo recente pesquisa realizada no CRTA-Centro de Referência e Treinamento-AIDS, as mulheres atingidas pela epidemia são parceiras de usuários de drogas (35%), ou de homens que têm múltiplas parceiras (9,4%), ou de bissexuais (7%), ou de homens portadores do HIV (15,4%). É interessante observar que a múltipla parceria feminina é responsável por apenas 14,4% dos casos notificados e 17,9% são mulheres classificadas como heterossexuais, sem outra observação.

Do ponto de vista das categorias profissionais, parecem ser as donas de casa as mulheres mais atingidas. Esta categoria, destituída de porta-voz e que provavelmente reúne um grande contingente de subempregadas, está relacionada a 75% da mortalidade feminina por AIDS, no município de São Paulo, entre 1991 e 1993. No Rio de Janeiro, essa tendência se mantém, sendo as donas de casa e as empregadas domésticas as categorias de maior peso nesse estado.

Longe de ser uma doença de "prostitutas e mulheres promíscuas", a AIDS se configura atualmente como um problema da população feminina em geral e, particularmente, daquela com menor acesso às informações e serviços em geral. Mas por que as mulheres passaram a ser tão atingidas pela epidemia? Que fatores estão colaborando para aumentar a vulnerabilidade da população feminina frente à epidemia?

O primeiro deles foi acreditar que as mulheres em geral estavam imunes ao risco, crença que sem dúvida foi disseminada amplamente até bem pouco tempo atrás. Foi apenas a partir de 1990 que

setores ligados ao governo e ao controle das informações sobre a epidemia passaram a reconhecer uma suposta mudança no perfil da epidemia, que na verdade já se fazia sentir desde 1986. Por outro lado, existe uma maior demora em diagnosticar a AIDS entre as mulheres, resultando em uma intervenção tardia e conseqüentemente em uma diminuição do tempo de sobrevida.

Há também uma realidade, que resultou das políticas de população e dos programas de controle da natalidade levados a cabo no Brasil e na maioria dos países do terceiro mundo, nas últimas duas décadas, que foram responsáveis pela introdução de uma cultura contraceptiva, que se mostra hoje extremamente perversa do ponto de

**“Longe de ser uma
doença de prostitutas e
mulheres promíscuas, a
AIDS é um problema de
toda a população
feminina.”**

vista das mudanças de comportamento sexual exigidas pela epidemia de AIDS.

Tais políticas jamais estimularam o uso de métodos que fazem qualquer vinculação direta com a sexualidade e que promovam a negociação sexual e a divisão da responsabilidade para evitar filhos entre os parceiros sexuais, como é o caso dos métodos de barreira. Ao contrário, introduziram e incentivaram o uso de métodos de alta eficácia, de longa duração, sob o controle feminino e que não fornecem qualquer proteção em relação às DSTs/AIDS.

A emergência da epidemia de AIDS remete para a necessidade de repensar os programas de planejamento familiar, no sentido de incorporar essa nova realidade. Remete ainda para a necessidade de repensar as pesquisas e as políticas de desenvolvimento das tecnologias contraceptivas, no sentido de promover métodos eficazes, que auxiliem na prevenção das DSTs/AIDS.

A presença de risco materno, em caso de AIDS, dificilmente poderia ser usada para garantir a realização da interrupção da gravidez. Sua reivindicação, para as portadoras do vírus, além de não ter respaldo científico – na medida em que os estudos existentes não têm conseguido provar que a gravidez aumenta o risco da

mãe infectada, mas apenas daquelas com um quadro mais avançado de imunossupressão – contrapõe-se a um conjunto básico de idéias, que defende para o/a portador/a o estatuto de cidadão com plena capacidade de trabalho.

Por outro lado, a discussão de uma proposta de lei que permita o acesso ao aborto legal para os casos de gestantes infectadas pelo HIV, em função do risco de infecção fetal, vem sendo defendida por vários setores da sociedade, mas não pelas entidades de apoio aos portadores do vírus, por considerá-la discriminatória.

Por uma idéia implícita de eugenia, que seria impedir o nascimento de uma criança portadora de defeito físico. Teme-se que sua aprovação tenha como conseqüência uma pressão sobre as portadoras no sentido de realizar o aborto, questionando seu direito de ter o filho. Em segundo lugar, ao que tudo indica, o desejo de maternidade é tão forte nas mulheres, e em especial nas portadoras, que essa não tem sido a razão que as têm levado a procurar o aborto. É a dificuldade econômica de criar a criança, a incerteza quanto ao seu futuro que tem determinado a busca ao aborto.

Além disso, sua aprovação em nada contribuiria para a prevenção das DSTs/AIDS. Os métodos de barreira e o condom, entre eles, que atuam diminuindo a sua transmissão, apresentam uma falha contraceptiva situada em torno de 5% a 15%, o que torna a discussão sobre a descriminalização ampla do aborto fundamental para qualquer proposta de prevenção centrada no uso de condom.

Assim, qualquer estratégia séria e conseqüente voltada para a diminuição do risco não pode ser pensada apenas no campo da AIDS. Minimamente essas estratégias deverão buscar uma articulação efetiva entre os diversos programas e atividades de saúde, entre o programa de AIDS e as diferentes atividades que compõem o PAISM, como o Planejamento Familiar, o Pré-natal e a prevenção do câncer cérvico-uterino. Seu enfrentamento transcende ainda decisões políticas simplificadas, mas implica necessariamente em mudanças sociais nas relações de gênero e de classe, nas relações de poder que permeiam a nossa sociedade e no diálogo a respeito da sexualidade.

- **Doutoranda do Instituto de Medicina Social/UERJ, pesquisadora do Instituto de Saúde/São Paulo, consultora da ABIA- Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS, integrante da comissão Mulher e AIDS da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos.**

Emoções e desejos longe da loucura

● Bertine Carlos Bezerra

Falar da saúde mental da mulher é se deparar com algumas situações conflitantes neste cenário atual da sociedade. Como ter quando somos discriminadas, onde as desigualdades sociais são enormes e a violência nos atormenta tanto? As necessidades prazerosas, o novo e a alegria não têm espaço. Ter saúde é poder exercer cada ciclo da vida, a alegria, felicidade e sexualidade.

Nós mulheres somos regidas e regradadas por algo que nos concede individualidade, somos por excelência, seres da singularidade e também seres plurais.

As relações entre homens e mulheres são organizadas a partir, do desempenho dos papéis sociais que são atribuídos aos indivíduos de acordo com suas características biológicas relacionadas à reprodução da espécie. Sabemos, porém, que esses papéis não são fixos e imutáveis assim como são variáveis através da cultura e do tempo. As relações de gênero significam, em sua forma primordial, relações de poder. No que concerne a mulher, os traços atribuídos ao feminino a colocam em situação de fragilidade, dependência e submissão frente ao homem. Um grande equívoco é achar que o homem está excluído das relações de gênero.

O sistema sexo-gênero influencia processos e estruturas psíquicas de homens e mulheres, que tendem a experimentar seus corpos e os fatos vividos do seu dia-dia de maneiras diferentes. Logo, homens e mulheres vivem e apresentam marcantes e profundas diferenças entre si. No que concerne a mulher, temos além da diferença anatômica, as diferenças hormonais que nos outorga um corpo real diferenciado.

Fazemos parte dos ciclos naturais. Pertencemos ao mesmo tempo, ao mundo visível, que seria o corpo, e no mundo invisível, que são as emoções, nosso psiquismo, nossa espiritualidade e nossos desejos. Ter saúde mental é ter um ciclo natural em cada momento da vida.

É um fato muito conhecido o papel da mulher ao longo da história, determinando diversos tipos de conflitos e problemas. Que tensões podem levar as mulheres ao enlouquecimento? Como a mulher pode sair ileso em tantos conflitos? Em nossa sociedade só o fato de ser mulher implica em maior dificuldade para assumir-se como sujeito histórico-social.

A localização da doença tende a ser feita, preferencialmente, no espaço do corpo. Esse corpo enlouquece e não tem mais a dita saúde mental. Esse corpo onde tudo "lhe é permitido", quando adocece tudo lhe é negado. É negado em suas características individuais e é absorvido pela instituição médica. Nesse momento tanto faz ser homem ou mulher, mas a mulher tem especialidades e diferenças marcantes de exploração e espoliação. a mulher "deve" obediência a modelos culturais adaptados diferentemente às vivências corporais.

A instituição de saúde mental é, por excelência, o lugar onde a lei não existe e as diferenças não são respeitadas, transformando todos em uma massa amorfa. É a instituição do silêncio, da

subtração, pouco se fala, tanto dos clientes quanto das troças entre profissionais e clientes. Acreditamos que só podemos fazer história rompendo o silêncio e o isolamento, trazendo a sociedade para dentro, não com paternalismo, com já ocorre, mas estabelecendo novas relações.

Como devolver um corpo mais sadio para essa cliente? Empréstimo meu corpo como terapeuta a minha cliente para que ela possa se reconhecer e se reconhecendo ir mudando de forma. Ela não é sujeito de nada, sempre decidiram tudo por ela. Ela foi codificada e em seu corpo traz as contradições da instituição.

E em se falando da mulher temos algo muito perigoso e complexo que é a permissividade que deriva do distanciamento real criado pelos profissionais, entre eles e as clientes internadas. A mulher se depara com seu próprio corpo sendo comercializado e fragmentado através dos papéis sociais aparentemente diferentes. É como se escapasse à mulher a possibilidade de ter seu próprio corpo. Não podemos aceitar a perda definitiva da própria identidade. Não se pode e não se deve viver a total perda e negação de si mesma. Como acreditamos que identidade se constrói o tempo todo, a mulher adocece, primeiro, para na maioria das vezes se reorientar e se

“A instituição de saúde mental é, por excelência, o lugar onde a lei não existe e as diferenças não são respeitadas.”

reorientando, reorientar suas expectativas; segundo, que o adoecer está ligado ao lugar que o sujeito possuiu no mundo, e esse lugar está ligado a classe social, sua raça, sua idade, seu sexo, e sua religião, estão ligadas diretamente à sua experiência subjetiva, ao seu universo simbólico, ao seu aporte lingüístico, à sua verbalização e a sua reflexão.

Sempre a instituição da saúde mental se serviu como detentora de um saber que é tão abrangente que consegue por ser tão abrangente, abranger tudo que é marginal na sociedade.

Hoje a proposta em saúde mental para mulher/gênero é a criação de vários espaços que são lugares de criatividade e, portanto, que dependem muito dos profissionais. O que não pode ser é um espaço vazio, de estagnação, de separação e de embrocamento.

O mundo subjetivo (dos sintomas) e o objetivo (a relação com o profissional) é um espaço compartilhado – deve ser criativo e deve deixar fluir o afeto para só assim ser um espaço de criação – é onde vivemos a maior parte de nosso tempo – lugar do jogo, da poesia, dos contos de fadas e bruxas e da relação transferencial. Esses espaços devem ser “lugares mágicos” – tentando deixar fluir e exprimir criativamente suas fantasias, seus sonhos e sua problemática; devem ter salas para café e chá, espaços para mulheres com psicose puerperal e gestantes em surto agudo. Serão espaços criativos de troca: para grupo de família, terapia ocupacional, passeios e visita domiciliar.

Temos algumas questões muito complexas. Uma delas é o que diz respeito as mulheres portadoras de DST/AIDS. O que fazer? A discriminação, a intolerância e a falta de disponibilidade do profissional para trabalhar com essa mulher é grande. O fato em si

não os mobiliza para saber mais, mas sim, imobiliza diante de questões que vão desde a incompetência a onipotência e da negação ao descaso.

Temos portanto que tomarmos



Bertine: "o afeto tem de fluir"

consciência de nossa identidade como mulher nos engajando socialmente e entendendo que cada indivíduo é a imagem de situações sócio-político econômico-culturais que são expressas através de diferentes comportamentos. Não podemos falar de saúde mental da mulher se não entendermos que essa faz parte do sistema da nossa sociedade. Temos que ser criativos para tentarmos resolver essa questão maior e não esquecermos da liberdade – liberdade de ser livre, e ser respeitado com todas as contradições e dores e também com a alegria, a felicidade e a possibilidade de existir.

- **Diretora da Unidade Hospitalar Professor Adauto Botelho, do Centro Psiquiátrico Pedro II, Rio de Janeiro. Psicanalista, Diretora Técnica da Escola Colibrí e do Espaço Laços e Membro do grupo Nós Mulheres.**

A morte por falta de assistência

- **Ana Cristina d'Andretta Tanaka**

A população feminina brasileira, pelo último censo, corresponde a 51% (74.381.317) do total de habitantes. Sendo, portanto, a razão de sexo de 97,52% homens para cada 100 mulheres. O estudo de distribuição dessa população por faixa etária mostra que o Brasil encontra-se em plena transição demográfica, apresentando um número menor de crianças de 0 a 4 anos de idade e um maior número de pessoas acima de 60 anos.

O Brasil, na última década, passou por uma rápida queda de fecundidade, sendo que em 1990 esta taxa foi de 2,87 filhos por mulher.

Esta queda deveu-se, principalmente, pela alta urbanização porque passou o país e pela elevada taxa de esterilização cirúrgica a que a população feminina foi submetida.

Em relação à mortalidade feminina, um dos coeficientes mais preocupantes está relacionado à mortalidade materna. Estima-se que o coeficiente de mortalidade materna em 1988, foi de 102 por cem mil nascidos vivos, valor este muito elevado se comparado ao dos países desenvolvidos como, por exemplo, o Canadá, que é de 4 por cem mil nascidos vivos. As principais causas de morte durante a gravidez, parto e puerpério foram as síndromes hipertensivas (principalmente a toxemia gravídica), as hemorragias, as infecções puerperais e os abortos. Essas causas são, em quase sua totalidade, evitáveis.

A mortalidade feminina difere de região para região, de acordo com o desenvolvimento regional, climático e étnico, mas neste momento será apenas feita análise do Brasil como um todo.

Primeira causa de morte entre as mulheres de 10 a 49 anos é a cardiovascular, seguido do neoplasma e depois as causas externas.

Entre as mulheres de 50 anos ou mais, as 3 causas principais são as cardiovasculares, os neoplasmas e as doenças do aparelho respiratório.

Dentro das neoplasias, o câncer de mama e colo uterino são os mais prevalentes. O câncer de colo uterino está ligado a falta de desenvolvimento social e de assistência à saúde. A presença deste tipo de tumor de maneira elevada, indica que o serviço de saúde não está detectando e tratando esta doença.

Em relação às demais crônicas degenerativas, o Diabetes Mellitus, aparece mais frequentemente entre as mulheres com 50 anos ou mais, sendo seu coeficiente em 1988, de 2,5 mortes para cada 100.000 mulheres de 10 a 49 anos, e de 82,2 por 100.000 mulheres de 50 ou mais. Essa patologia é 1,5 vezes maior entre as mulheres do que entre os homens.

As causas externas ocorrem em maior número entre os homens, porém, as adultas jovens (10 a 49 anos) são vítimas principalmente de acidentes de trânsito, homicídios e suicídios e as mulheres mais velhas de quedas acidentais.

As doenças sexualmente transmissíveis estão aumentando em nosso meio, tendo sido observado um acréscimo nos casos de sífilis congênita, indicando falhas no pré-natal. As doenças inflamatórias pélvicas foram responsáveis por 115 casos de morte, em sua maioria entre mulheres de 10 a 49 anos.

A AIDS está aumentando entre as mulheres sendo que, no momento, já se detecta para cada 5 casos entre homens 1 em mulheres, mostrando que a transmissão heterossexual está aumentando.

Pode-se concluir, de modo geral, que se faz necessária uma política mais efetiva sobre a assistência à saúde da mulher, visando a melhoria de qualidade da atenção para que se possa mudar as condições de saúde das mulheres brasileiras.

- **Professora Doutora do Departamento de Saúde Materno Infantil da Faculdade de Saúde Pública da USP, onde trabalha com mortalidade materna e saúde da mulher.**

As organizações interessadas em distribuir **Pequim '95** devem escrever ao CFEMEA informando o número de exemplares que desejam e o endereço para remessa.

Proposta

Políticas de igualdade

Duas novas Convenções de defesa dos direitos humanos passam a integrar o elenco de reivindicações dos países americanos. Durante reunião promovida pela OEA, na capital paraense, em junho deste ano, entre as várias resoluções, foram aprovados dois documentos oficiais. Um deles, a Convenção de Belém destinado a prevenir, sancionar e erradicar a violência contra a mulher no Continente. "É com esta responsabilidade que o Brasil se prepara para a IV Conferência Internacional sobre a Mulher, expressando a vontade política do atual governo em assumir os compromissos firmados junto aos organismos internacionais, em especial a Organização das Nações Unidas (ONU)", afirmou a conselheira Marília Sardemberg do Ministério das Relações Exteriores.

Durante o Seminário Políticas Públicas sob a Ótica de Gênero, promovido pelo Fórum Nacional de Presidentas de Conselhos da Condição Feminina e Direitos da Mulher, no Rio de Janeiro, nos dias 30 de junho e 1º de julho.

O Seminário teve como objetivo contribuir para elaboração do relatório a ser apresentado pelo governo brasileiro em Pequim no próximo ano. Também foi um fórum de reflexão sobre a atual situação das políticas públicas voltadas para as mulheres e as estratégias de ação para os próximos governos. Ficou claro, durante o Seminário, que o futuro governo brasileiro precisa avançar nos compromissos assumidos junto aos organismos internacionais, em especial a ONU, encampando, a exemplo destas instituições e de muitos outros países, as políticas que incorporam os gêneros como parte integrante dos planos governamentais; não sendo mais possível desconhecer as desigualdades e assimetrias nas relações sociais onde as mulheres estão em posição desfavorável.

Destacou-se, entre as demais propostas para Beijing: a eliminação dos obstáculos estruturais que impedem a participação das mulheres nas decisões nacionais; o estabelecimento de garantias para que mulheres e homens possam participar plenamente e, em igualdade de oportunidades, da definição das políticas econômicas e sociais. Isto dentro de uma visão de desenvolvimento sustentável, do comprometimento com a justiça social e com a igualdade de direitos entre todas as pessoas.

Cerca de 150 mulheres de 13 estados brasileiros representando Conselhos Estaduais e Municipais da Condição Feminina e dos Direitos da Mulher,



Cláudia Ferreira

Movimento de mulheres busca mais propostas para Pequim

organizações não governamentais e movimento autônomo de mulheres participaram do Seminário. A partir do diagnóstico feito pelos(as) palestrantes, foi aprovado um documento que será encaminhado aos grupos de mulheres para adesão e posteriormente aos candidatos à presidência da República.

Diagnóstico

A diplomata Marília Sardemberg defendeu ainda um desenvolvimento sustentável, que tenha o ser humano como centro e as mulheres como o seu foco irradiador e catalizador. A escritora e diretora executiva do IDAC, Rosiska Darcy de Oliveira destacou que a prioridade para o movimento de mulheres, na agenda nacional para Pequim, deve ser a questão da pobreza e da exclusão.

Maria da Graça Ribeiro (IBAM), afirmou que o principal argumento a ser utilizado pelas mulheres é o da competência. Na sua opinião, planejar hoje, sem a perspectiva de gênero, não é planejar corretamente. Sob a mesma ótica, Wânia Sant'anna, da Articulação de Mulheres Brasileiras - Beijing 95, ressaltou a questão racial e étnica.

O cientista político e diretor da FASE, Pedro Cláudio Cunha Bocayuva, levantou a temática da **democratização da democracia**. Para a presidente do CEDIM-RJ, Ligia Doutel de Andrade, um dos instrumentos dessa democratização seria a implementação de políticas públicas que promovam a igualdade de oportunidades e direitos para mulheres e homens, contribuindo para transformações culturais profundas que revertam em mudanças nas relações sociais e humanas entre os sexos.

Segundo Rosane Reis (CEDIM-RJ), "os Conselhos da Condição Feminina e dos Direitos da Mulher, constituem exemplos pioneiros, recentes na história do país, de

democracia participativa".

A Secretária de Cultura do Estado de Minas Gerais, Celina Albano (ex-integrante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher), abordou a relação das mulheres com o poder público. Ela acreditou que, hoje, vários órgãos deveriam tratar da questão da mulher. "Devemos enfrentar o mundo masculino com competência, seriedade e, mais que tudo, com parceria. É preciso ser ofensiva e apresentar propostas, dentro de uma idéia de marketing". Simone Diniz, do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde (SP), aprofundou este ponto fazendo uma avaliação da experiência da Coordenadoria da Mulher, na Prefeitura de São Paulo.

Para Maria Teresa Augusti, coordenadora do Fórum Nacional de Presidentas de Conselhos da Condição Feminina e Direitos da Mulher e presidente do CECF-SP, os conselhos e órgãos governamentais não esgotaram suas ações:

- Ainda somos tratadas como gueto, alerta Maria Teresa, embora sejamos um grupo político importante. É o momento de sermos mais ousadas, sem renegar toda a experiência que tivemos.

Sob o ponto de vista do acúmulo de experiências foi importante o relato de Virginia Franganillo, presidente do Consejo Nacional de la Mujer, da Argentina, Vera Mussi, presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina do Paraná, relatou sua participação em Nairobi e Thais Corral do Cemina (RJ) falou sobre a interação das ONGs com organismos governamentais.

O Seminário Políticas Públicas sob a Ótica de Gênero, patrocinado pelo UNIFEM e promovido pelo Fórum Nacional de Presidentas de Conselhos da Condição Feminina e Direitos da Mulher, foi realizado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Mulher-RJ e Conselho Estadual da Condição Feminina-SP, no Hotel Flórida (RJ).

Articulação

Criado Comitê Latino-Americano de ONGs

Diante do atraso na organização do Fórum Paralelo que deverá acontecer antes do PreCom Regional da América Latina, no final de setembro, em Mar del Plata, Argentina, foi convocada uma reunião de urgência, que aconteceu nos dias 14 e 15 de junho, com representantes das Coordenações das Sub-regiões dos Fóruns Paralelos da América Latina para a Conferência, em Buenos Aires, que contou com a presença de Gina Vargas, que representa todas as ONGs do continente.

Estavam presentes algumas pessoas da Coordenação da Argentina e do Cone Sul, uma da Coordenação Andina e uma da Secretaria Executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras-Beijing 95. Como nem todas as sub-regiões puderam mandar representantes, a própria Gina Vargas, que acabara de visitar algumas delas, deu informes do processo sobre cada uma delas. A data do Fórum Paralelo foi agendada para o período de 21 a 25 de setembro, em Mar del Plata.

Preparação das Sub-Regiões

O Caribe se encontra em adiantado processo de preparação, com um documento em vias de conclusão e sem problemas financeiros. Na América Central, o ritmo está mais lento, com pouca mobilização por parte das ONGs, por força inclusive dos problemas políticos derivados do fato do documento ter sido inicialmente feito por algumas *mulheres governamentais* e pela própria ONU, com distanciamento do

movimento social.

No Panamá, há um único documento, já que o governo local assumiu inteiramente o trabalho preparado pelas ONGs. No México, a discussão sobre a utilização dos recursos da USAID trouxe divergências e problemas políticos ao desenvolvimento do processo preparatório. Mercedes Urrolagoitia, coordenadora da Região Andina, informou que elas estão se organizando e que a principal dificuldade é a falta de recursos.

No Uruguai, mesmo com dificuldades financeiras, o documento está concluído. O Paraguai conta com recursos do governo japonês e o documento está em fase final de elaboração. Hildézia Medeiros, da Secretaria Executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras-Beijing 95, deu um quadro do andamento das atividades até aquela data. Gina Vargas mostrou interesse em vir ao Brasil quando da próxima reunião nacional, a ser realizada antes do Seminário de Aprovação do Documento Oficial, em Brasília, no final de julho ou começo de agosto. A data ainda não está definida.

Superando as Dificuldades

A Coordenação da Argentina fez um relato detalhado das dificuldades que vem enfrentando em relação à falta de apoio do governo de seu país, com exigências de natureza político partidárias e falta de vontade frente às demandas do processo.

Após exaustivas discussões sobre a melhor maneira de encaminhar o processo, decidiu-se pela realização do Fórum de ONGs com ou sem a ajuda do governo argentino, e de denunciar o fato com o objetivo de fazer pressão. Parece que esta iniciativa já surtiu efeito. Soubemos, posteriormente, que o Conselho da Mulher Argentino se comprometeu a dar US\$ 200 mil dólares para o evento e a Embaixadora Regazzoni, responsável pelo Ministério das Relações Exteriores, comprometeu-se em obter recursos para baratear a hospedagem. A Coordenação da Argentina visitou locais para a realização do Fórum em Mar del Plata; o valor da hospedagem poderá ficar entre US\$ 20 a 50 dólares a diária.

Foi formalizada a existência do Comitê Latino Americano para a IV Conferência, com representação de cada uma das sub-regiões, juntamente com a Coordenadoria da Argentina para a Conferência, dando a esse Comitê um caráter regional latinoamericano. A participação no Fórum Paralelo será através de cotas para cada região. O mês de julho será de pré-inscrição, através das coordenações de cada país ou região, para se ter uma idéia do número aproximado de participantes. O período de 1 a 15 de agosto será o de inscrições finais, diretamente com a Coordenadoria, na Argentina. Os modelos das fichas serão enviados pela Gina Vargas às Coordenações de todas as Sub-regiões.

Informes

Batalhando grana

Um grupo da Secretaria Executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras-Beijing 95 esteve com Sônia Alvarez, Assessora de Programas da Fundação Ford no Brasil, conversando sobre financiamento. A entrevista foi produtiva e há grandes possibilidades de ser atendido parte do montante pedido. Foram solicitadas algumas pequenas modificações no projeto apresentado. Além disso, Sônia se ofereceu para fazer gestões junto a outras agências financiadoras. Foi marcada uma nova reunião, com mais algumas representantes da Secretaria Executiva, para tentar agilizar a negociação.

Diante das inúmeras tarefas que estão se avolumando para a Secretaria Executiva e das dificuldades de financiamento, pelo menos a curto prazo, está se tentando o apoio logístico de algumas conhecidas ONGs do Rio de Janeiro. À FASE foi pedido o empréstimo de uma sala para sede da Secretaria até o período da Conferência de Beijing, ainda sem resposta até o momento. Ao IBASE foi solicitado apoio em termos de infraestrutura para a comunicação da Articulação com todo o país, via NODO-Alternex. Há possibilidades de bons resultados.

Mongella

A mulher de Pequim

Foram dois dias intensos para a Embaixadora da Tanzânia junto à ONU. Gertrude Mongella, Secretária-Geral da 4ª Conferência Internacional da Mulher-Pequim'95,

Conferência (veja quadro abaixo). No dia 24 lá estava ela, em audiência com o Presidente da República Itamar Franco e recebendo homenagem no Ministério da Justiça. A Embaixadora está visitando todos os países signatários da ONU para divulgar a Conferência e conhecer de perto os problemas e as reivindicações das mulheres. Sábia, disse que na essência

todas as mulheres vivem as mesmas situações: "Na minha aldeia, enquanto as mulheres buscam água no rio para lavar a louça, no 1º mundo as mulheres querem saber qual a melhor marca de lavadora de louça. Mudou a tecnologia mas as relações de gênero continuam as mesmas", concluiu.



Na Câmara, em reunião com deputadas e representantes da sociedade

desceu do avião no dia 23 e seguiu direto para compromissos na Câmara dos Deputados e no Itamaraty, onde expôs a Plataforma de Ação da

PLATAFORMA DE AÇÃO DA IV CONFERÊNCIA

Áreas críticas para o progresso da mulher

- O persistente e crescente peso da pobreza sobre as mulheres
- Desigualdade no acesso à educação, saúde e serviços correlatos e outros meios de maximizar o uso da capacidade das mulheres
 - Violência contra as mulheres
- Efeitos de conflitos armados e de outros tipos sobre as mulheres
- Desigualdade no acesso e na participação das mulheres na definição de estruturas e políticas econômicas e o processo produtivo em si.
- Desigualdade entre homens e mulheres em compartilhar o poder e tomadas de decisão em todos os níveis
 - Mecanismos insuficientes em todos os níveis para promover o avanço das mulheres
- Falta de concepção e compromisso com os direitos humanos nacional e internacionalmente reconhecidos
- Uso insuficiente dos meios de comunicação de massa para promover as contribuições positivas das mulheres para com a sociedade
 - Falta de reconhecimento e apoio adequado para as contribuições das mulheres no gerenciamento dos recursos naturais e salvaguarda do meio ambiente

AGENDA

O último seminário nacional organizado pelo Itamaraty, preparatório à Conferência de Pequim, já tem data marcada: dias 11 e 12 de agosto, em Brasília. O tema deste V Seminário é "Cooperação Internacional e Perspectivas para a Próxima Década". Para o primeiro dia do Seminário, realizado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), está prevista a apresentação das linhas gerais do que será o relatório do governo brasileiro à Conferência de Pequim. No segundo dia, serão discutidas formas de cooperação bilateral. Para os dias 13 e 14, já está agendada a reunião da Articulação das Mulheres Brasileiras para Beijing/95, também em Brasília.

INSCRIÇÕES PARA PEQUIM

As organizações interessadas em participar do Fórum Paralelo da Conferência Internacional de Pequim podem solicitar informações ou formulários para inscrição, com Tereza Rodrigues, do ISIS Internacional, em Santiago, Chile. Os telefones para contato são: 00562.633-4582 ou 00562.638-3142 e fax 00562.638-3142. Também podem ser obtidas informações através de "correio eletrônico" pelo seguinte código: ISIS @ ax.apc.org. O endereço do ISIS é:

Tereza Rodrigues
 ISIS Internacional
 Calle Esmeralda, 636, 2º piso
 Casilla
 Apartado Aereo 2067
 Correo Central
 Santiago- Chile